

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta do Povo

Class.: 13

Data: 13/08/84

Pg.: _____

Entidades e lideranças apoiam ação do Estado de intervir no PMACI

Depois de forçar a barra junto aos órgãos federais para tomar parte da elaboração do Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas - PMACI, que é uma exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para liberar sua parcela de recursos para a pavimentação asfáltica da BR-364 no trecho Porto Velho-Rio Branco, o governo do Estado do Acre saiu na dianteira em termos de elaboração de propostas e já conclamou as entidades ambientais para discutir conjuntamente o assunto. O chamamento do governo foi prontamente atendido pelas entidades que, mesmo vendo o encaminhamento do projeto um tanto tardio, acreditam que há condições de evitar o pior e somar esforços no sentido de fazer com que o PMACI seja executado.

O Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas é um projeto que deveria ter sido colocado em prática antes mesmo do início da pavimentação da 364 como força de preparar o Estado e as suas condições naturais para as mudanças que sua ligação rodoviária com os demais estados do País traria. O BID foi pressionado a fazer esta exigência por ecologistas Norte americanos porque eles receberam denúncias a respeito do desastre ecológico ocorrido no Estado de Rondônia, onde nenhum plano dessa natureza foi implantado. Agora como forma de tentar compensar o tempo perdido, o governo estadual chamou um esforço conjunto de todas as entidades representativas e instituições afins para a elaboração de propostas condizentes com as peculiaridades regionais que serão defendidas na próxima semana

na reunião da equipe do PMACI em Brasília.

NECESSIDADE INCONTESTÁVEL

Proteger o meio ambiente hoje é um tema que preocupa a todos. O economista Reginaldo Fernando de Castela, que trabalha com alfabetização no Projeto Seringueiro, tem procurado acompanhar de perto todas as discussões, e sua opinião sobre o esforço concentrado para a elaboração do PMACI é a seguinte: "Eu me preocupo com o fato de se tentar recuperar em poucos dias tudo o que não foi feito antes. Isso é preocupante e deve ser trabalhado com muito cuidado, consultando a população em todas as tomadas de decisão".

Já o presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Jaime da Silva Araújo, que se encontra em Rio Branco tratando de algumas questões organizativas com os seringueiros do Estado, diz que a questão das Reservas Extrativistas é a principal reivindicação que os seringueiros têm a defender no PMACI. Jaime da Silva acredita que a atuação do PMACI junto aos demais órgãos federais será importante para a defesa da Amazônia e que tem esperanças de que a proteção do meio ambiente aconteça. "Antes estávamos pior porque não tínhamos nem isso. Se os seringueiros não foram ouvidos é porque eles não tinham uma organização. Agora temos o Conselho Nacional e já podemos levar uma atuação segura junto ao pessoal do PMACI".

Representando a Comissão Pró-Índio e a Coordenação de Assuntos Indígenas da Fundação Cultural, o Indigenista Luiz Carvalho não acredita que está sendo atropelado o proces-



Para diversas entidades, presença do estado no PMACI pode ser positiva.

so de discussão de propostas para o PMACI no Estado. "Esta é uma forma de desobstruir os organismos federais que estão com dificuldades para deslanchar as ações. Eu acho que as discussões estão sendo feitas a contento porque está dando pra gente ter uma visão melhor do meio ambiente e das comunidades indígenas". Luiz Carvalho é da opinião também que o PMACI seja discutido amplamente com todos os setores da sociedade que estejam organizados. "A população urbana também tem que estar ao par do assunto, porque a migração para as cidades está acontecendo em ritmo acelerado, e isso poderá gerar problemas de desemprego, criminalidade, falta de habitação e outros. É por isso que é zampo e a cidade têm que se unir em torno da demarcação das áreas indígenas e das Reservas Extrativistas no Estado".

O indigenista Anselmo Alfredo Forneck, coordenador regional do Conselho Indigenista

Missionário é da opinião de que "o asfaltamento da BR-364 com a execução do PMACI já trará muitos problemas e, certamente, sem ele será pior ainda. O problema é que está havendo uma desintegração total entre os organismos responsáveis, que não estão fazendo um trabalho conjunto. O certo é que, se não sair do gabinete para ser discutido com os setores, ele não poderá atender nada". Anselmo disse também que "nós estamos fazendo hoje o que era pra ser feito há dois anos atrás, mesmo assim, alguns passos importantes no campo da identificação das áreas já foram dados. Faltam agora a delimitação e a legalização dessas áreas".

O ÍNDIO CONTINUA NO AR

Para o Índio da nação Yawanawa, Biraci Brasil, a situação continua muito nebulosa. "Mas, diz ele, "pela experiência que temos, do ponto de vista do índio, projetos propostos pelo governo nunca deram resultados. Eles só vêm para complicar a situação. Eu creio que a situação do Acre vai ser mesmo uma continuação do Mato Grosso e Rondônia, porque o interesse maior do governo é firmar acordos financeiros com os bancos internacionais". Como não tem ainda um conhecimento profundo do que está sendo discutido em torno do PMACI, Biraci Brasil até acredita na possibilidade de ele trazer alguns pontos positivos.